

Nem só e apenas fazem este texto!

Carla Teixeira (PRETEXTO) & Clara Nunes Correia (PROGRAMMA)

ABSTRACT: The study of reference construction focuses, traditionally, on the linguistic representation of the objects of the world. Bearing in mind, as it will be postulated in this talk, that the reference construction must be broadened to the textual domain, since the text is an empirical object and a maximal unit of communication (Bronckart 1999), we will examine the discourse types included in the corpus under analysis, standing out also the data which will allow the discussion about linguistic markers and the way they construct and deconstruct the interpretation of the different entities mentioned in the text. Therefore, we will take as a starting point the interrelation defined among the different NPs which occur in the text, as well as the values of the entirety of the linguistic situation which operates on the same text.

1. Introdução

O estudo da construção da referência incide, tradicionalmente, sobre a representação linguística dos objectos do mundo.

Ao defender-se, nesta apresentação, que a construção da referência deve ser alargada ao domínio textual, por se entender que o texto é um objecto empírico e unidade máxima de comunicação (Bronckart 1999), observaremos os tipos de discurso presentes no *corpus* em análise¹, apontando os dados que permitem a construção de uma objectividade associada à actividade de linguagem jornalística.

Para isso, e seguindo, e.o., as propostas de Miranda 2010, procuraremos identificar os elementos característicos do género *notícia*, contrastando-os com o *artigo jornalístico ficcional-humorístico*, ponto de partida deste trabalho. Pretendemos, assim, mostrar de que modo o hipergénero é mobilizado na construção do conteúdo temático do texto em análise, relevando as diferenças motivadas pelas actividades de linguagem — jornalística e humorística — que o caracterizam.

A recuperação de estudos tradicionais sobre a referência (cf. Frege 1892, Russell 1956, Quine 1960 ou Strawson 1956, e.o.) ajudar-nos-á a defender que as formas disponíveis nas diferentes línguas permitem entender a representação que um dado enunciador faz do mundo. Todos sabemos que os estudos tradicionais sobre referência incidem sobre o domínio

¹ Baseámos este trabalho num texto do suplemento do Jornal Público – *Inimigo Público* – que serviu de base a todas as análises presentes neste Caderno. (cf. nota de apresentação)

nominal, através da caracterização dos valores dos determinantes e do estatuto semântico dos Ns e dos modificadores. No entanto, poderemos deslocar este estudo, tendo em conta os valores referenciais que os diferentes estados de coisas construídos manifestam. Assim, tomaremos como ponto de discussão a inter-relação definida entre os valores referenciais dos diferentes SNs que ocorrem no texto, e os valores da totalidade da situação linguística construída. A análise dos valores de tempo e aspecto das formas e construções presentes no texto reforçam, por um lado, um entendimento do funcionamento dos Ns que aqui ocorrem enquanto designações próprias (no seguimento de Boresdon & Tamba 1995), permitindo, simultaneamente, redireccionar o conceito de referência para o domínio da manifestação dos graus de conhecimento que o co-enunciador (neste caso leitor) tem do que se conta e sobre quem se fala.

Ao decidirmos ficar quase do *outro lado do espelho*, a nossa contribuição deve ser vista *apenas* (e) *só* como um percurso possível de ler e de, *mormente*, entender este texto.

1. O texto

1.1.As marcas dos géneros jornalísticos

Reafirmando o que se disse inicialmente, a construção da referência poderá ter uma abordagem alargada ao domínio textual.

Assim, tomaremos por base que o texto é um objecto empírico e unidade máxima de comunicação:

a noção de texto designa toda unidade de produção de linguagem que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário. Consequentemente, essa unidade de produção de linguagem pode ser considerada como a unidade comunicativa de nível superior. (Bronckart 1999: 71)

Esta noção de texto, enquanto produto portador de uma mensagem coerente é indissociável da noção de género, pois este medeia o acto individual — o texto — e a norma social, na medida em que a construção da referência é conseguida através de aspectos linguísticos e de aspectos socio-culturais. Desta forma, concebemos um género como um modelo situado historicamente em função de uma comunidade, correspondendo às possibilidades de materialização de um texto. Estas são adoptadas e adaptadas pelos sujeitos, podendo actuar com uma função orientadora das escolhas no acto de produção textual.

Considerando a relação que se estabelece entre o texto em estudo e o seu modelo,

utilizaremos, na sequência de Genette² (1982), as expressões *hipergénero* e *hipogénero*, respectivamente, para descrever a relação que une um texto (anterior) A ao texto (posterior) B, sendo que a ligação estabelecida não é da ordem do simples comentário³.

É analisando a relação entre as actividades jornalística e humorística que Miranda (2010: 328), nas reflexões que a autora efectuou sobre o suplemento humorístico do jornal *O Público, O Inimigo Público*, utiliza a designação *artigo jornalístico ficcional-humorístico* (privilegiando o carácter ficcional e humorístico “de uma espécie (vaga) de texto jornalístico (artigo)”), assim como a designação *notícia ficcional* (atendendo à focalização efectuada na ficcionalização do género jornalístico *notícia*).

Qualquer uma das expressões mencionadas acima permite filiar o texto em análise, além da actividade humorística, na

² Os termos *hipergéneros* e *hipogéneros* de Genette foram inicialmente usados na terminologia literária. No domínio da análise da teoria do texto estes termos são igualmente produtivos.

³ A ênfase dada ao conceito de comentário do texto B em relação ao texto A deve-se à distinção que o autor faz entre comentário e *transformação* e entre comentário e *imitação*. Outros autores, como Maingueneau, utilizam as designações de *hipergéneros* (como modos organizacionais que ultrapassam época e espaço) e *hipogéneros* (como textualizações do hipergénero situadas temporal e espacialmente. Consideramos, no entanto, que a acepção de Genette potencia melhor a exploração de aspectos recorrentes entre textos.

actividade jornalística, o que é bem evidente na recriação dos aspectos disposicionais, por exemplo; salientamos, também, que a mesma autora usa a expressão (mais geral) género jornalístico simulado (Miranda 2010: 213). No entanto, seja quais forem as denominações empregues, Miranda admite “que se trata de uma utilização ficcional e humorística do hipogénero” (Miranda 2010: 329), concluindo que é impossível encontrar uma etiqueta genérica para as ficcionalizações de géneros jornalísticos.

Da nossa parte, destacaremos, no texto em estudo, a presença de marcas dos géneros jornalísticos, ao nível da organização disposicional e da organização temporal⁴.

1.1.1. A organização disposicional

Um género deverá ser descrito através da observação de vários exemplares com o intuito de descrever quais os elementos em ocorrência e como estes interagem entre si. Para tal, Miranda (2010: 153-4) utiliza as expressões *parâmetros genéricos* (as características do género e possibilita o seu reconhecimento) e *marcadores de género*

⁴ Miranda menciona “a organização temporal parcial” (2010: 212), atendendo a que os textos jornalísticos tomam como ponto de referência a data da publicação, que ocorre exteriormente aos textos, ou seja, no seu peritexto. Neste trabalho, optamos por uma denominação abreviada deste conceito.

(os elementos textuais ocorrentes que materializam os parâmetros genéricos).

Atendendo aos elementos que intervêm na composição do género, do ponto de vista disposicional (localização das diferentes secções textuais no plano de texto), verifica-se que o título tem uma função de síntese e de antecipação do conteúdo temático do corpo do texto, esquematizada na figura 1⁵ (Miranda 2010: 278). A relação que se estabelece entre o título e o artigo jornalístico é uma interacção entre o “carácter catafórico do título” e a “resolução da catáfora” no corpo do texto, e, desta forma, também uma relação de dependência semântica (Fonseca 1990: 190 *apud* Miranda 2010: 293).

Os títulos são, ainda, inseparáveis dos artigos⁶ e produzidos *a posteriori*: «Le titre est la fin d’un processus langagier (celui de l’article) dont le premier est le résidu.» (Opitz 1984: 253) Dos vários processos possíveis de produção de título indicados

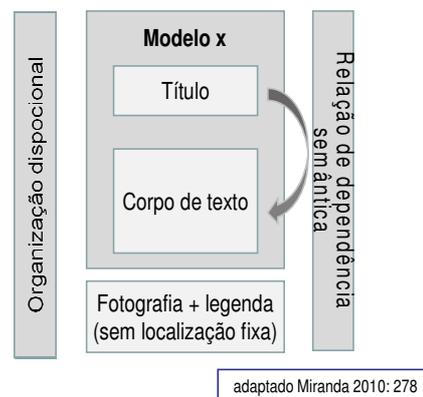


Figura 1

por Opitz⁷, mencionamos apenas aquele utilizado no texto do *IP* em estudo, a adaptação de um fragmento do texto-citação (Opitz 1984: 247): com efeito, o título «Edite Estrela pede desculpas por ter dito que a Ana Gomes é uma “descabelada que só arranja problemas” em vez de dizer que é uma “descabelada que apenas arranja problemas”» não é uma adaptação do conteúdo do corpo do artigo. Ora, a partir da leitura integral do artigo do *IP*, apercebemo-nos que nem Edite Estrela pede formalmente desculpas nem as reformulações do que teria dito são equivalentes entre si, produzindo-se o efeito oposto ao perdão, o de insulto em crescendo, traduzido pelos diferentes

⁵ A figura faz ainda referência à presença da fotografia e da legenda como parâmetros genéricos, cuja importância não é aqui desenvolvida pela necessidade de concisão.

⁶ Não problematizaremos o ponto de vista de Rastier (2001: 266), ao assumir que os títulos, os prefácios e as notas de autor, entre outros, constituem *gêneros incluídos* que ocorrem no peritexto de um género dominante.

⁷ A propósito da redacção de títulos, cf. pp. 98-98 da edição em papel do *Livro de Estilo do Público*: os títulos devem ainda ser concisos (não exceder as seis palavras) e factuais; não sendo este o caso, deduz-se que este é mais um recurso para ridicularizar Edite Estrela.

epítetos («descabelada», «descerebrada», «mentecapta») atribuídos a Ana Gomes⁸.

A reprodução (e reproduções inventadas) da fala de Edite Estrela leva-nos a mencionar outro parâmetro genérico do artigo jornalístico que actua ao nível da intencionalidade do produtor textual: a citação. A legitimação das palavras de outros, através da citação de testemunhos e depoimentos, reproduzidos e demarcados com aspas enquanto enunciados citados, é um processo de objectivação do conteúdo temático (Miranda 2010: 275). O discurso directo surge, assim, como fenómeno de *dupla enunciação* (Ducrot 1984 *apud* Duarte 2003: 69), do locutor jornalístico e das suas fontes. O que quer dizer que a citação verdadeira e posteriores citações ficcionadas (as reformulações da fala de Edite Estrela) no artigo do *IP* teriam como responsável Edite Estrela: esta valida o insulto a Ana Gomes, insulto esse gravado nas escutas do processo Face Oculta, e «em declarações ao IP», reelaborando aquelas citações.

⁸ As citações originais de Edite Estrela que surgem no *Correio da Manhã* (13.11.2010) e no *Diário de Notícias* (14.11.2010) dão conta de Ana Gomes como sendo «completamente descabelada» e uma «descabelada que só arranja problemas», respectivamente. As reformulações só ocorrem no texto do *IP*, pelo que não são verídicas.

1.1.2. A organização temporal

Além da disposicionalidade, manifestámos a intenção de analisar a organização temporal, nomeadamente, o emprego das expressões temporais deícticas e dos diferentes valores assumidos pelas formas verbais expressas no presente do indicativo, visto que são entendidas como marcadores do género jornalístico simulado. Verificamos que o presente do indicativo, enquanto parâmetro dos géneros jornalísticos, é usado no artigo do *IP*, em duas situações:

- a) no enunciado «Edite Estrela pede desculpas por ter dito que Ana Gomes é uma “descabelada (...)”», a referência temporal é construída com base num evento único, de localização intratextual, o pedido de desculpas, seguido de outro acontecimento, a verbalização de opinião sobre outrem;
- b) nos enunciados «Ana Gomes é uma “descabelada que só/ apenas... arranja problemas» e equivalentes, o valor aspectual é habitual.

Registamos, igualmente, a ocorrência do verbo *ser*, predicador nominal, em «Ana Gomes é uma “descabelada”», marcando as propriedades individuais (os valores permanentes estabilizados) do enunciado e assumindo uma valorização de uso semelhante a b).

Se se relacionar estas ocorrências do presente do indicativo com os tipos de discurso, verifica-se que, os tipos de discurso são unidades infra-ordenadas relativamente aos géneros, formados em conjunção/disjunção com o eixo da temporalidade e em implicação/autonomia com o eixo da agentividade, traduzindo mundos discursivos particulares.

Constatamos, assim, que o uso do presente do indicativo está relacionado no caso do Discurso Interactivo⁹ com a), já que este enunciado remete para a situação de enunciação que se pretende que seja sobreposta ao momento da enunciação, o que é típico do texto jornalístico; no caso do Discurso Teórico, como reconfiguração distanciada da fala do outro, este relaciona-se com o que propôs em b). Neste caso, dá-se relevo às características intrínsecas em ocorrência do verbo *ser*, enquanto marcador existencial.

De forma a melhor caracterizar os tipos de discurso identificados, foi feita uma análise mais abrangente dos tempos gramaticais presentes no texto.

Assim, o levantamento e a caracterização das formas verbais do artigo do *IP*,

conjugada com outras marcas dos tipos de discurso, permitem identificar a ordem do EXPOR (figura 2)¹⁰, composta pelos tipos de discurso Discurso Interactivo e Discurso Teórico, revelando a construção de uma objectividade associada à actividade de linguagem jornalística, na qual a ficção é avaliada em função de critérios de elaboração e validação dos conhecimentos do mundo ordinário (Bronckart 1999: 154). Deste modo, é pertinente evidenciar, a partir deste texto ficcionalizado, que os factos construídos, ainda que de acordo com os parâmetros da ordem do EXPOR, podem ser falsos ou delirantes (*ibidem*).

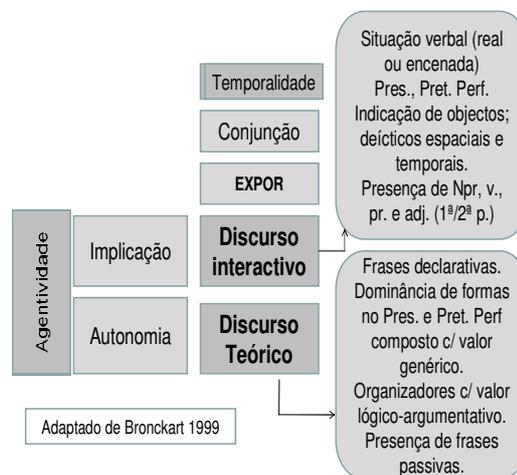


Figura 2

⁹ Para o desenvolvimento da conceptualização e das marcas inerentes a cada tipo de discurso, instrumento de análise textual do Interaccionismo Sociodiscursivo (ISD), cf. Bronckart 1999 e Miranda 2010: 139.

¹⁰ Neste trabalho, as ocorrências das marcas linguísticas que caracterizam os tipos de discurso aparecerão identificadas já na figura 2, dado que se destacará a ocorrência das formas verbais e de outras marcas linguísticas que contribuam para a construção da referência.

Desta forma, no texto em análise, foram encontradas características de ambos os tipos de discurso que compõem a ordem do EXPOR, tanto marcas típicas do Discurso Interactivo (destacamos o uso do presente [«Edite Estrela pede desculpas»], pretérito perfeito [«Edite Estrela (...) *garantiu* que queria dizer...»], indicação de objectos/deícticos espaciais e temporais [«Edite Estrela foi apanhada *nas escutas do processo “Face Oculta”*»], nomes próprios [Edite Estrela, Ana Gomes, “Face Oculta”]) como do Discurso Teórico (destacamos o uso presente [«Ana Gomes é “uma descabelada (...) *arranja* problemas”»], organizadores com valor lógico-argumentativo: «Ana Gomes é uma “descabelada que *só/ apenas* arranja problemas», «uma descerebrada que “*somente*” arranja problemas», «uma mentecapta que “*mormente*” arranja problemas», construções passivas: «Edite Estrela *foi apanhada* nas escutas do processo...»).(sublinhados nossos)

Como se pode observar, nas sequências acima referidas, dá-se uma combinação dos dois tipos de discurso da ordem do EXPOR, o Discurso Interactivo-Teórico misto¹¹. No entanto, estes dois tipos de

discurso apresentam características particulares: o Discurso Interactivo ocorre em situações de interacções verbais (ainda que simuladas) e o Discurso Teórico reproduz um conhecimento factual e (mais ou menos) académico. A combinação entre a encenação textual da relação entre jornalista e leitor e a reprodução fiel e distanciada dos acontecimentos, presente na notícia do *IP*, deverá ser considerada parâmetro de género.

Sintetizando o que foi referido anteriormente sobre a organização temporal nos géneros jornalísticos, observamos que o texto ficcionalizado do *IP* segue as orientações dos modelos textuais em causa, na medida em que os acontecimentos linguísticos são construídos através de factos relatados e reproduzidos de modo objectivo; estes acontecimentos linguísticos são, ainda, localizados em relação ao sistema referencial, tendo sido, para este efeito, como se mencionou, utilizado o presente do indicativo, seja enquanto evento de localização intratextual numa sucessão de eventos, seja enquanto acontecimento linguístico em que o valor aspectual é representado, nas predicções construídas, por um intervalo aberto à direita e à esquerda. Pelo que atrás se afirmou, poderemos defender que a construção da referência temporal, configura-se como sendo um importante parâmetro de

¹¹ De facto, a conjugação destes dois tipos de discurso é tão frequente que a denominação de discurso misto é a adoptada no ISD.

reconhecimento dos gêneros textuais jornalísticos.

3. As formas dos nomes

A análise das formas linguísticas que ocorrem neste texto levou-nos a centrar a atenção nos diferentes mecanismos que permitem a construção da referência. Assim, julgou-se relevante dar conta dos mecanismos que permitem não só identificar as entidades referidas, mas, sobretudo, discutir quais as linhas que permitem construir os diferentes valores (referenciais) do texto.

Uma abordagem possível prende-se, naturalmente, com a relação entre nome próprio (no sentido de Quine 1961) e de designação própria (a partir de Bosrendon & Tamba 1991).

Para dar conta desta diferenciação terminológica e conceptual, partiremos da discussão básica (ou primeira) que tradicionalmente se propõe na literatura sobre a natureza semântica da referência, apoiando-nos nas propostas – clássicas – dos filósofos da linguagem, sobretudo no que diz respeito à interrelação definida entre sentido e referência.

Assim, se para Frege ([1892]1990: 61) um Nome Próprio tem sentido e referência, ganhando essa referência através do uso que dele fazemos – “a proper name (word, sign, sign combination, expression)

expresses its sense, means or designates its meaning. By employing we express its sense and designate its meaning. (...), para Russell ([1919]1990: 214) “(...) a name is a simple symbol whose meaning is something that can only occur as subject, i.e., something of the kind that we defined as an individual or a particular. (...), distinguindo o autor (*ibidem*) entre nome e descrição. Deste modo, e seguindo a exemplificação de Russell, ‘Scott’, por ser um símbolo (único), é um nome, “the author of Waverley”, por não ser um símbolo (único), é uma descrição.

Em termos muito gerais (e tentando resumir a oposição discutida por Russell), pode sintetizar-se, a partir desta proposta que, por definição, um nome [*name*] é aquilo que designa directamente uma dada entidade (indivíduo). A directa designação desse indivíduo constitui o seu sentido [*meaning*¹²]. Por outro lado, uma descrição resulta do sentido [*meaning*] que

¹² *To mean*, em inglês, cobre vários conceitos relevantes para a semântica. Lyons 1977 propõe um exercício em que mostra como ‘to mean / the meaning’ podem satisfazer várias (e diferentes) situações. Se se fizer, como exercício, uma tradução para Português das várias situações construídas pelo autor verifica-se que, para além de ‘significar’, podemos encontrar equivalentes de ‘referir’, ‘querer dizer’, ‘fazer (ou não fazer) sentido’, e.o.. Neste texto assumiremos ‘meaning’ como o resultado da associação que se pode gerar entre referência e sentido, assumindo-se igualmente que essa associação – a significação – é uma construção que resulta da relação que se estabelece entre noções (gramaticais ou lexicais) e operações enunciativas, localizadas em relação a um sistema referencial.

caracteriza as diferentes palavras que constituem essa expressão.

Num dos textos marcantes sobre referência, Strawson ([1950]1990: 273-277), propõe, como conceito relevante, o conceito de ‘nome embrionário’¹³. Este conceito vem reposicionar a discussão sobre a possibilidade (ou impossibilidade) de uma expressão com referência única – como “the author of Waverley” (de Russell), ou “the Glorious Revolution, “the Great War”, “the Annunciation” (discutidas por Strawson) – não poderem, segundo ele – serem consideradas nem Nomes Próprios (no sentido Lógico do termo) nem descrições.

No entanto, e se nos centrarmos numa discussão mais centrada na análise do funcionamento linguístico, julgamos que a definição de Searle (1958) “(...) proper names have essentially a sense and only contingently a reference – they refer only on the condition that one and only one object satisfy their sense.” ajuda, de forma mais clara, a encontrar as linhas orientadoras para um entendimento da construção da referência que se aproxima, em certo sentido, das propostas que a

linguística (e sobretudo a semântica) fazem da análise do Nome Próprio.¹⁴

3.1 O Nome próprio na Gramática

Sob o ponto de vista gramatical, um Nome Próprio é definido como uma classe específica de substantivos que se opõe à dos nomes comuns. Sob o ponto de vista da sua interpretação, um Nome Próprio caracteriza-se por referir objectos singulares.

Se se tiver em conta a construção da referência, poderemos assumir que qualquer nome – seja gramaticalmente próprio ou comum – pode ser analisado a partir de uma representação topológica em que a caracterização semântica de um N pode ser definida de acordo com as diferentes propriedades que se relacionam /localizam num dado domínio – x no domínio de A ¹⁵. Assim, x pode ser definido como contendo as propriedades de A (definindo valores de identificação), como não contendo (diferencialmente) essas propriedades, como recuperando as propriedades máximas de A (dando-se, neste caso a construção de um valor de alto-grau).

¹³ O conceito de ‘nome embrionário’ vai ser útil para esta nossa discussão, apontando, de certo modo, para a oposição que aqui pretendemos apresentar entre Nome Próprio e Designação Própria.

¹⁴ Sobre a semântica do Nome Próprio, ver, e.o., Gary-Prieur 1994. ou Jonasson 1992.

¹⁵ Sobre um tratamento mais aprofundado desta proposta ver Correia 2002.

A figura 3 integra, esquematicamente, os diferentes valores que os diferentes Nomes Próprios que ocorrem neste texto ocupam no espaço topológico do domínio nocional. Assim, os Nomes ‘Ana Gomes’, ‘Edite Estrela’, ‘Processo Face Oculta’... vão designar entidades que são construídas no texto, tendo em conta quer a sua referência intrínseca – assente no pressuposto do conhecimento prévio do leitor/co-enunciador – quer a referência que resulta da interacção das formas que o constituem. O recurso a predicções modificadoras do N (x é uma y) ou à determinação nominal, com determinante zero (nulo)¹⁶, são algumas das marcas relevantes que importa analisar.

Se se aceitar que “[numa perspectiva tradicional]a referência pode ser entendida como a função que permite às unidades [linguísticas] e aos enunciados relacionarem-se com o mundo real ou imaginário a partir de um sistema de correspondências. (...)” (Campos 1998) pode

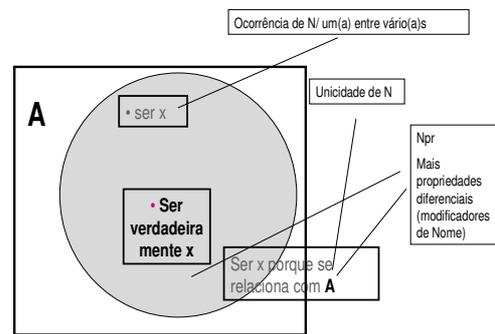


Figura 3

igualmente defender-se que “no acto de enunciar a construção da referência não corresponde ao estabelecimento de uma relação directa entre o enunciado e um referente extra-linguístico. Essa relação é mediatizada por um acontecimento linguístico, i.e., por uma representação resultante da convergência de diferentes valores referenciais. (...)” (Campos & Xavier 1991)

Assim, na análise deste texto, tentaremos encontrar como se dá a convergência desses valores. Com este fim, definiremos quatro momentos para que seja possível entender qual o funcionamento /valor dos diferentes Nprs:

(1) **Emergência de Nprs com determinante zero:** os exemplos recolhidos apontam para a construção da referência nominal como localizada de ‘forma neutra’ num dado domínio. O recurso ao determinante zero funciona,

¹⁶ Em Português existe, como se sabe, uma indiferenciação na especificação de Nprs . Esta pode ocorrer quer com determinante zero, quer com artigo definido. O uso privilegiado de um ou outro especificador está associado, tradicionalmente, a registos de língua diferenciados. Nos textos jornalísticos, a especificação com determinante zero é a mais usada. Neste texto é importante notar que só ocorre uma única vez o determinante definido como especificador de um Npr:” Edite Estrela afirmou que **a Ana Gomes...**”.

assim, como reenvio da ocorrência à noção, definindo em simultâneo valores de identificação e de alto grau. A não-especificação (marcada) destes Ns assenta, deste modo, num conhecimento pré-construído em relação ao estado de coisas que se descreve.

(2) **Localização em relação à fonte enunciativa:** construção de ocorrências do tipo ‘x garantiu ao *IP*’ permite uma localização situacional da referência de N. O valor construído em relação à fonte ‘*IP*’ permite por um lado a interpretação – real ou imaginária – da validação do que se afirma – saber o que é, previamente, o *IP* constrói (e desconstrói) a informação dada, criando uma hipotética distância entre o que é dito e o responsável do que é dito.

(3) **Reconstrução da referência:** o recurso a modificadores como *descabelada/mentecapta / descerebrada ...* permite atribuir (novas) propriedades a uma dada entidade. A única particularidade destas ‘propriedades’ é o facto de resultarem de um ponto de vista subjectivo – Edite Estrela – em relação a uma dada entidade – Ana Gomes. Este mecanismo permite, neste texto, a que, sob o ponto de vista da referência, passe a existir, no sentido de Strawson (acima referido) não um Npr, mas um ‘Npr embrionário’, ou uma descrição (de acordo com a perspectiva de Russell). São ainda estes Npr embrionários

que aproximam estas expressões de expressões referenciais típicas das designações próprias, no sentido de Bosrendon & Tamba (1995). (cf. ponto 4 deste artigo)

(4) **Recurso a pré-construído:** ao longo do texto em análise verifica-se existir informação referencial que não é reconstruída a partir de informação dada. Em termos formais, encontramos neste mecanismo de construção referencial uma violação das condições tradicionalmente previstas para a satisfação da construção da referência anafórica. Assim, existe um termo anafórico *as suas celebradas capacidades linguísticas* sem que esteja presente linguisticamente o termo antecedente que cubra integralmente toda a expressão referencial de retoma. A interpretação desta expressão – na sua totalidade, mais uma vez, assenta no conhecimento prévio que (supostamente) o leitor/co-enunciador tem das propriedades referenciais de uma dada entidade. Assim, se ‘as suas’ tem como antecedente o Npr – ‘Edite Estrela’ – estabelecendo um valor co-referencial, o N complexo ‘celebradas capacidades linguísticas’ aponta directamente para o conhecimento (não textual) da referência do Npr. Deste modo só quem conhece ‘Edite Estrela’ enquanto produtora de textos sobre o Português, pode ‘reconstruir’ essa informação. É, aliás, esse (pré)conhecimento que permite

(ou ajuda a) compreender a escala de formas de advérbios em *-mente* que encontramos no texto.¹⁷

4. Textos & Formas

As diferentes formas que podem exemplificar os mecanismos da construção da referência (nominal ou verbal) caracterizam um dado texto (neste caso o texto do *IP*). Um percurso interessante que se pode esboçar neste momento é o de se tentar encontrar, em termos contrastivos, a análise destas mesmas formas tendo como ponto de comparação uma das fontes usadas pelos autores deste texto. Referimo-nos aqui ao *Correio da Manhã* (publicado em 13 de Nov. 2010) que de algum modo desencadeou a informação analisada.

Assim, na tabela que se segue, pode verificar-se o contraste entre os dois textos:

Correio da Manhã	Inimigo Público
Valor de totalização: <i>São todos insuportáveis</i>	Valor de unicidade: <i>A Ana Gomes é uma descabelada que só arranja problemas...</i>
Localização situacional: <i>'Edite Estrela, deputada europeia eleita pelo PS'</i>	Localização em relação a um pré-condstruído:
Cataforização: <i>Ele [Vital Moreira] é muito amigo da Ana Gomes e ela é completamente descabelada</i>	Processo anafórico (co-referencialidade) [Não referido no texto] Pseudo-escala com formas em <i>-mente</i>

¹⁷ Sobre os valores desta 'pseudo-escala' de formas em *-mente* ver, nestes mesmos Cadernos a proposta de, e.o., Rivotti & Jorge.

O contraste observado permite-nos, ainda, sublinhar que, sob o ponto de vista da referência, sendo as formas eventualmente diferentes, constroem a representação de entidades a partir dos mesmos recursos: processos de determinação, processos de retoma, localização situacional ou localização em relação a pré-construído.

Nos processos definidos anteriormente sobre as relações entre textos, e de acordo com Genette 1982, pode reforçar-se que esta interrelação recupera, de forma clara, a geometria intertextual definida pelo autor¹⁸. Assim, o texto do *IP* (texto B) seria considerado como *transformação* do texto do *CM* (texto A).

Uma das possibilidades de dar conta da relação acima definida terá de ser feita através da caracterização semântica das diferentes formas linguísticas que ocorrem nesses textos. Sob o ponto de vista referencial, parece claro que cada uma das entidades representadas por um Npr que ocorre em B é referencialmente idêntica à que ocorre em A. Assim, se B é, em sentido lato, a transformação de A, e os mecanismos de referência, são os mesmos, poder-se-á levantar a questão se a significação de A e B será ou não a

¹⁸ A designação de 'geometria textual' é da nossa responsabilidade. Sobre a discussão da interrelação entre textos, cf. ponto 1.1 deste artigo e, em particular, a nota 3.

mesma. A resposta a esta pergunta é, obviamente, negativa: a significação [*meaning*] de cada um dos textos resulta da interacção que esse texto estabelece com um conjunto muito alargado de entidades (cf. pontos 1 e 2 deste artigo) que o individualizam enquanto objecto passível de ser analisado e interpretado.

No entanto, e se nos centrarmos, apenas, nas formas que permitem definir os valores referenciais presentes em cada um destes textos, pode defender-se que, em qualquer deles, essas formas apontam para um conjunto de características formais relevantes para esta análise.

Neste sentido consideramos que o conceito de designação própria¹⁹, (Bosredon & Tamba 1991), já referido anteriormente, pode ajudar a caracterizar as formas nominais que ocorrem em cada um dos textos. Essas formas, tendo uma referência única, ultrapassam, em sentido estrito, um Npr (no sentido lógico e gramatical do termo). De acordo com esta hipótese, centrando-nos agora nas entidades referidas no texto B (por ser o texto que se tomou como

objecto de análise ao longo deste artigo) não se limitam a identificar um dado indivíduo do mundo real (ou imaginário), mas entidades construídas linguisticamente pelo enunciador, como é o caso de, por exemplo: *Ana Gomes é uma descabelada que só arranja problemas.*

A inclusão da predicação atributiva de uma propriedade diferencial sobre uma entidade permite, assim, identificar e individualizar essa entidade como um todo, definindo-se com essa ‘designação’ uma localização em relação a um sistema referencial, passível de ser validada pelo leitor/co-enunciador, mas não verificável de acordo com os princípios da vericondicionalidade.

O conceito de designação própria, se por um lado alarga o espectro de análise que se pode fazer sobre os mecanismos da construção da referência, possibilita, em nosso entender, uma melhor compreensão em relação à individualização (e consequente diferenciação), teoricamente ilimitada, das formas que interagem entre si num dado texto, activando os mecanismos que permitem a construção da significação [*meaning*].

Referências bibliográficas

Bosredon, B. & Tamba, I. 1995. Titres de tableaux et noms propres. In Noailly, M. (ed.) *Nom propre et nomination*. Paris : Klincksieck, pp. 124-135.

¹⁹ Ao proporem esta terminologia, os autores aproximam-se da proposta de Strawson sobre o conceito de Npr embrionário (cf. ponto 3 deste artigo). No entanto se para Strawson os Npr são exclusivamente entidades de referência única, Bosredon & Tamba consideram o termo Npr como pertencente a uma das sub-classes de palavras, com funcionamentos regulados pelas gramáticas das línguas naturais.

Bronckart, J.-P. 2003. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.

Correia, C.N. 2002. *Estudos de Determinação: a operação de quantificação e qualificação em Sintagmas Nominais*, Lisboa: FCG-FCT.

Duarte, I.M. 2003. *O Relato de Discurso na Ficção Narrativa — contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: FCG-FCT.

Frege, Gottlob. [1892] 1990. *Über Sinn und Bedeutung* (trad. inglesa: *On sense and nominatum*). In A.P. Martinich (ed) (1990) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, pp. 190-202.

Gary- Prieur, M.-N. 1991. *Grammaire du nom propre*. Paris : P.U.F.

Genette, G. 1982. *Palimpsestes*. Paris, Seuil.

Livro de Estilo. 1998. Jornal *O Público*. Printer Portuguesa

Miranda, F. 2010. *Textos e Géneros em Diálogo. Uma Abordagem Linguística da Intertextualização*. Lisboa: FCG-FCT.

Opitz, L.S. 1984. *L'Identité du Texte — Introduction à une analyse du titre, de*

l'article et de l'image dans la presse périodique portugaise. Université de Nancy. (Tese de doutoramento) (ms).

Quine, W. 1960. *Word and object*. Cambridge-Mass: MIT Press.

Rastier, F. 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris, P.U.F., pp.266-267.

Russell, Bertrand. [1956] 1990. *On denoting*. In A.P. Martinich (ed) (1990) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, pp. 203- 211.

Strawson, Peter Frederick. [1956] 1990. *On referring*. In A.P. Martinich (ed) (1990) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, pp. 219-234.

NOTA FINAL: Agradecemos à Teresa Santos a ajuda no apoio à formulação do *abstract* e à Antónia Coutinho as discussões animadas à volta de algumas /muitas dúvidas que o cruzamento entre G&T nos foi colocando enquanto escrevíamos este artigo.